

Inserção Ecológica na Comunidade: Uma Proposta Metodológica para o Estudo de Famílias em Situação de Risco

Alessandra Marques Cecconello
Sílvia Helena Koller^{1 2 3 4}
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo visa a descrever uma metodologia para pesquisas com famílias em ambiente natural: a Inserção Ecológica. Esta metodologia está fundamentada na Teoria dos Sistemas Ecológicos, que propõe o estudo do desenvolvimento humano através de um modelo científico envolvendo a interação de quatro núcleos: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, denominado modelo bioecológico. De acordo com esta teoria, o modelo bioecológico se constitui em um referencial teórico-metodológico apropriado para a realização de pesquisas sobre o desenvolvimento-no-contexto. Este artigo descreve a operacionalização deste modelo em uma pesquisa qualitativa sobre resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco. A inserção ecológica envolveu o acompanhamento longitudinal de três famílias pobres, que vivem em uma comunidade violenta, e incluiu observações, conversas informais e entrevistas. A operacionalização do modelo bioecológico nesta pesquisa proporcionou a realização de um estudo com validade ecológica, pois permitiu incluir vários níveis de análise.

Palavras-chave: Inserção ecológica; metodologia; resiliência; família; risco.

Ecological Insertion in Community: A Methodological Proposal for Study with Families under Risk Situation

Abstract

The aim of this paper is to describe a methodology for research with families in natural environment: Ecological Insertion. This methodology is based on Ecological Systems Theory, that proposes that development must be studied through a scientific model that involves interaction among four nucleus: process, person, context and time, denominated bioecological model. For this theory, the bioecological model become an appropriate theoretical-methodological approach for research on development-in-context. This paper describes an operationalization of this model in a qualitative research about resilience and vulnerability in families under risk situation. The ecological insertion involved the study accompaniment of three poor families who live in a violent community and included observations, informal chats and interviews. The operationalization of the bioecological model in this research promoted the accomplishment of a study with ecological validity, apart from allowing to include various levels of analysis.

Keywords: Ecological insertion; methodology; resilience; family; risk.

Estudos brasileiros sobre famílias têm sido realizados em diferentes referenciais teóricos através de várias metodologias (De Antoni, 2002; Falceto, 1997; Wagner, Ferreira & Rodrigues, 1998; Wagner, Halpern & Bornholdt, 1999; Wagner, Ribeiro, Arteché & Bornholdt, 1999). No entanto, recentemente, algumas pesquisas com famílias em situação de risco têm optado por uma abordagem qualitativa dos processos familiares, visto que esta metodologia proporciona uma maior aproximação dos fenômenos investigados (Bastos, 2001; Cecconello, 2003; De Antoni,

Medeiros, Hoppe & Koller, 1999; Simionato-Tozo & Biasoli-Alves, 1998; Szymansky, 1992; Yunes, 2001). Esta proposta permite a compreensão do fenômeno em relação às variáveis vinculadas a ele direta ou indiretamente, possibilitando uma visão contextualizada do mesmo. De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), a família é, ao mesmo tempo, a fonte mais rica e menos utilizada de experimentos naturais sobre o impacto evolutivo dos sistemas envolvendo mais de duas pessoas. Nas casas e nas famílias, não é necessário introduzir variações inventadas no tamanho do sistema, porque a sua própria natureza as fornece diariamente, no momento em que pais e irmãos, assim como parentes, vizinhos e amigos, vêm e vão a toda hora, proporcionando experimentos naturais prontos, com validade ecológica assegurada.

Muitos estudos têm sido realizados tomando como base teórico-metodológica a Teoria dos Sistemas Ecológicos do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (Cecconello, 1999; De Antoni, 2000; Hoppe, 1998; Mayer,

¹ Endereço para correspondência: CEP-RUA/UFRGS, Instituto de Psicologia, Rua Ramiro Barcelos, 2600,104, 90035 003, Porto Alegre, RS. Fone: (51) 33165150, Fax: (51) 32410074. E-mail: marquesa@terra.com.br

² Apoio CNPq

³ As autoras agradecem a participação dos bolsistas de Iniciação Científica que participaram desta pesquisa: Ana Carolina Rios Simoni, Laura Suzana Sacchet e Maickel Andrade dos Santos.

⁴ Esse estudo faz parte da Tese de Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS) da primeira autora, orientada pela segunda autora.

1998). No entanto, a literatura brasileira em psicologia carece de um estudo que descreva detalhadamente uma proposta metodológica para que estes estudos apresentem rigor científico e garantam sua validade ecológica. Atendendo a estes objetivos, este artigo visa a descrever uma metodologia para pesquisas com famílias em situação de risco em ambiente natural: a Inserção Ecológica. Esta metodologia foi utilizada em uma pesquisa qualitativa sobre resiliência e vulnerabilidade em famílias que vivem em condições adversas (Ceconello, 2003), e está fundamentada na Teoria dos Sistemas Ecológicos (Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A Teoria dos Sistemas Ecológicos tem, na figura de Urie Bronfenbrenner, seu principal autor, um pesquisador ainda atuante no campo da Psicologia do Desenvolvimento. Há quatro décadas Bronfenbrenner vem trabalhando em um modelo científico apropriado para estudar o desenvolvimento, fato que contribui para que esta teoria esteja em constante evolução (Bronfenbrenner, 1999). Duas fases distintas são destacadas pelo autor durante esta jornada: a primeira, que culmina com a publicação do livro *Ecology of Human Development* em 1979, traduzido e publicado no Brasil em 1996 (Bronfenbrenner, 1979/1996), no qual Bronfenbrenner descreve o modelo ecológico, e a segunda, composta por uma série de trabalhos que desenvolvem criticamente o modelo original (Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998). A principal crítica de Bronfenbrenner com relação ao modelo original é que este atribuía uma ênfase muito grande ao papel do ambiente durante o desenvolvimento, conferindo menor atenção aos processos individuais. Atualmente, o autor vem reformulando o modelo original, atribuindo ao processo uma posição central, de maior destaque. Assim, nesta nova versão, as diferentes formas de interação das pessoas não são mais tratadas simplesmente como uma função do ambiente, mas como uma função do processo, que é definido em termos da relação entre o ambiente e as características da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999). Neste novo modelo, ainda em evolução, Bronfenbrenner propõe uma recombinação dos principais componentes do modelo ecológico com novos elementos em relações mais dinâmicas e interativas, passando a ser denominado como modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Estes componentes serão descritos a seguir.

O modelo bioecológico propõe que o desenvolvimento humano seja estudado através da interação de quatro núcleos inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Neste modelo, o processo é destacado como o principal mecanismo responsável pelo

desenvolvimento, que é visto através de processos de interação recíproca progressivamente mais complexa de um ser humano ativo, biopsicologicamente em evolução, com as pessoas, objetos e símbolos presentes no seu ambiente imediato (Bronfenbrenner & Ceci, 1994). Estas formas de interação no ambiente imediato são denominadas, no modelo bioecológico, como processos proximais.

Bronfenbrenner (1999) sublinha a importância da presença simultânea de cinco aspectos na sua definição de processo proximal: 1) Para que o desenvolvimento ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade; 2) Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer efetivamente durante atividades meramente ocasionais; 3) As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo; 4) Para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e, 5) Finalmente, para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999).

De acordo com Bronfenbrenner e Ceci (1994), a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais, que produzem o desenvolvimento, variam sistematicamente como uma função conjunta das características da pessoa em desenvolvimento, do ambiente (tanto imediato como mais remoto) onde eles ocorrem, da natureza dos resultados evolutivos, das mudanças e continuidades sociais que ocorrem ao longo do tempo durante o período histórico em que a pessoa viveu.

Com relação à natureza dos resultados evolutivos, Bronfenbrenner e Morris (1998) afirmam que os processos proximais podem produzir dois tipos de efeitos: 1) competência, que se refere à aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e capacidade para conduzir e direcionar seu próprio comportamento através de situações e domínios evolutivos, tanto isoladamente como através de uma combinação entre eles (intelectual, físico, sócio-emocional, motivacional e artístico); e, 2) disfunção, que se refere à manifestação recorrente de dificuldades em manter o controle e a integração do comportamento através de situações e diferentes domínios do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Ambos os resultados dependem da natureza do ambiente onde eles ocorrem. Quando ocorre disfunção, o seu impacto no desenvolvimento da pessoa será maior em ambientes desfavoráveis ou desorganizados, pois nestes ambientes as manifestações de disfunção são mais frequentes e mais severas (Bronfenbrenner, 1999). Da mesma forma, quando ocorre competência, o seu impacto no desenvolvimento da pessoa

será maior em ambientes mais favoráveis ou estáveis, já que nestes ambientes as manifestações de competência ocorrem com mais frequência e intensidade (Bronfenbrenner, 1999).

O potencial genético para a predisposição a manifestações de competência e/ou disfunção ao longo do ciclo de vida é destacado por Bronfenbrenner e Ceci (1994) como tendo uma forte influência sobre o desenvolvimento. Estes autores consideram a herança como um elemento chave do modelo bioecológico, no qual os processos proximais são vistos como os mecanismos através dos quais o genótipo se transforma em fenótipo. Os autores postulam que os processos proximais adquirem conteúdo psicológico através de uma dinâmica fusão entre padrões geneticamente determinados de comportamento e a natureza dos ambientes nos quais eles ocorrem. Esta fusão determina se é o potencial para a competência ou para disfunção que será manifestado. Condições e processos ambientais podem influenciar substancialmente o grau de herança, assim, ela será maior quando os processos proximais forem mais efetivos, e, menor, quando estes forem mais frágeis.

O impacto das manifestações de competência ou disfunção no desenvolvimento das pessoas em relação a ambientes favoráveis ou desfavoráveis pode ser exemplificado através do presente estudo. A condição de risco presente no cotidiano das famílias estudadas, determinada pela situação de pobreza e de violência no seu local de moradia, demonstra o potencial destas condições para interferir no desenvolvimento de seus membros. A falta de segurança física no ambiente, a presença de tráfico, roubos, assaltos e assassinatos, aliada à escassez de recursos financeiros das famílias e ao seu baixo nível de instrução limita suas oportunidades de desenvolvimento, afetando a qualidade dos processos proximais estabelecidos entre seus membros. Neste sentido, a disponibilidade dos pais para serem responsivos às necessidades emocionais de seus filhos pode ser perturbada pelo seu nível de *stress* decorrente das dificuldades existentes no ambiente. Do mesmo modo, o baixo nível de instrução dos pais interfere na sua capacidade para transmitir aos filhos os conhecimentos e as habilidades necessárias para a resolução de problemas. Ambas as dificuldades tendem a prejudicar a qualidade dos processos proximais estabelecidos entre pais e filhos, podendo levar à disfunção.

O segundo componente do modelo bioecológico é a pessoa. A pessoa é analisada através de suas características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas na sua interação com o ambiente (Bronfenbrenner & Morris, 1998). No modelo bioecológico, as características da pessoa são vistas tanto como produtoras como produtos do desenvolvimento, pois constituem um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos

processos proximais e, ao mesmo tempo, são resultado da interação conjunta destes elementos - processo, pessoa, contexto e tempo (Bronfenbrenner, 1999). Assim, no modelo bioecológico, o desenvolvimento está relacionado com estabilidade e mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante o seu ciclo de vida.

Bronfenbrenner e Morris (1998) distinguem três grupos de características pessoais atuantes no desenvolvimento, devido à sua capacidade para influenciar os processos proximais: características de disposição, de recurso e de demanda. O primeiro grupo de características refere-se às disposições comportamentais ativas. No modelo bioecológico, as características mais prováveis de influenciar o desenvolvimento constituem disposições comportamentais ativas, que tanto podem colocar os processos proximais em movimento e sustentar sua operação, como interferir ativamente, colocando obstáculos ou mesmo impedindo que tais processos ocorram. Estas disposições são denominadas, respectivamente, como características generativas e características inibidoras (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

As características generativas envolvem orientações ativas, como curiosidade, tendência para engajar-se em atividades individuais ou com terceiros, resposta à iniciativa de outros e auto-eficácia. Bronfenbrenner e Morris (1998) destacam três formas dinâmicas de orientação ativa no ciclo de vida: a primeira, e mais precoce manifestação destas forças dinâmicas, está relacionada com a responsividade seletiva aos aspectos do ambiente físico e social; a segunda está relacionada com a tendência para engajar-se em atividades progressivamente mais complexas, como elaborar, reestruturar e, até mesmo, criar novas feições para o seu ambiente; e, a terceira está relacionada com a capacidade da criança para conceitualizar suas experiências quando se torna mais velha, ou seja, elaborar crenças de controle sobre si mesma e sobre o ambiente. As características inibidoras, por outro lado, representam a dificuldade da pessoa em manter o controle sobre suas emoções e comportamentos. Elas incluem características como impulsividade, explosividade, apatia, desatenção, irresponsabilidade, insegurança e timidez excessiva (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O segundo grupo de características refere-se aos recursos bioecológicos. Estes recursos não envolvem disposições seletivas para a ação, mas constituem deficiências ou dotes psicológicos que influenciam a capacidade da pessoa para engajar-se efetivamente nos processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 1998). As deficiências representam as condições que limitam ou inibem a integridade funcional do organismo, tais como, defeitos genéticos, baixo peso no nascimento, deficiência física ou mental. Os dotes estão relacionados com as capacidades, conhecimentos, habilidades e experiências que, pelo fato de evoluírem

durante o curso de vida, ampliam os domínios nos quais os processos proximais podem operar construtivamente.

Finalmente, o terceiro grupo refere-se às características de demanda. Estas constituem atributos pessoais capazes de requerer ou impedir reações do ambiente social, inibindo ou favorecendo a operação dos processos proximais no crescimento psicológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Estas características incluem aspectos como aparência física atrativa *versus* não atrativa e hiperatividade *versus* passividade.

As características demográficas como idade, gênero e etnia também influenciam os processos proximais e seus efeitos no desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998). De acordo com eles, a combinação de todas estas características em cada pessoa produzirá diferenças na direção e força dos processos proximais e seus efeitos no desenvolvimento.

O terceiro componente do modelo bioecológico, o contexto, é analisado através da interação de quatro níveis ambientais, denominados como microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), estes sistemas estão organizados como um encaixe de estruturas concêntricas, cada uma contendo a outra, compondo o que ele denomina de meio-ambiente ecológico.

O microssistema é definido como um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento nos ambientes que ela frequenta e estabelece relações face a face (Bronfenbrenner, 1979/1996). O termo experienciado é enfatizado para indicar a maneira como a pessoa percebe e confere um significado à influência do ambiente, que vai além de suas características objetivas. É no contexto dos microssistemas que operam os processos proximais, produzindo e sustentando o desenvolvimento, mas a sua eficácia em implementar o desenvolvimento depende da estrutura e do conteúdo dos mesmos (Bronfenbrenner & Morris, 1998). As interações dentro do microssistema ocorrem com os aspectos físicos, sociais e simbólicos do ambiente e são permeadas pelas características de disposição, de recurso e de demanda das pessoas envolvidas.

O mesossistema consiste no conjunto de microssistemas que uma pessoa frequenta e nas inter-relações estabelecidas neles (Bronfenbrenner, 1979/1996). Ele é ampliado sempre que uma pessoa passa a frequentar um novo ambiente. Os processos que operam nos diferentes ambientes frequentados pela pessoa são interdependentes, influenciando-se mutuamente (Bronfenbrenner, 1986). Assim, a interação de uma pessoa em determinado lugar, por exemplo, no trabalho, é influenciada e também sofre influência de sua interação dentro de outro ambiente, como a família.

O exossistema envolve os ambientes que a pessoa não frequenta como um participante ativo, mas que desempenham uma influência indireta sobre o seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996). Três exossistemas são identificados por Bronfenbrenner (1986) como muito importantes para o desenvolvimento da criança, devido à sua influência nos processos familiares: o trabalho dos pais, a rede de apoio social e a comunidade em que a família está inserida.

O macrosistema é composto pelo padrão global de ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano das pessoas que influenciam seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996). Assim, a cultura na qual os pais foram educados, os valores e as crenças transmitidos por suas famílias de origem, bem como a sociedade atual onde eles vivem, interferem na maneira como eles educam seus filhos.

Finalmente, o quarto componente do modelo bioecológico - o tempo, permite examinar a influência para o desenvolvimento humano de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida (Bronfenbrenner, 1986). O tempo é analisado em três níveis do modelo bioecológico: microtempo, mesotempo e macrotempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998). O microtempo refere-se à continuidade e à descontinuidade observadas dentro dos episódios de processo proximal. O modelo bioecológico condiciona a efetividade dos processos proximais à ocorrência de uma interação recíproca, progressivamente mais complexa, em uma base de tempo relativamente regular, não podendo este funcionar efetivamente em ambientes instáveis e imprevisíveis. Em um nível mais elevado, o mesotempo refere-se à periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos de tempo maiores, como dias e semanas, pois os efeitos cumulativos destes processos produzem resultados significativos no desenvolvimento. O macrotempo focaliza as expectativas e eventos em mudança dentro da sociedade ampliada, tanto dentro como através das gerações, e a maneira como estes eventos afetam e são afetados pelos processos e resultados do desenvolvimento humano dentro do ciclo de vida. Assim, a análise do tempo dentro destes três níveis deve focalizar a pessoa em relação aos acontecimentos presentes em sua vida, desde os mais próximos até os mais distantes, como grandes acontecimentos históricos, por exemplo. Bronfenbrenner e Morris (1998) ressaltam que as mudanças que ocorrem através do tempo, nas quatro propriedades do modelo bioecológico, não são apenas produtos, mas também produtores da mudança histórica.

O modelo bioecológico, através de sua proposta de interação dos seus principais componentes, constitui um referencial teórico adequado para a realização de pesquisas

sobre o desenvolvimento-no-contexto, pois permite incluir vários níveis de análise, possibilitando examinar a influência do ambiente para o desenvolvimento das pessoas. Neste sentido, Bronfenbrenner e Evans (2000) lançam um desafio científico para ser realizado no século XXI: desenvolver delineamentos de pesquisa apropriados para investigar os efeitos do caos atualmente vivenciado pelas sociedades e identificar fatores que possam minimizar os seus efeitos. De acordo com os autores, esta metáfora refere-se ao aumento significativo dos fatores de risco presentes nas famílias e na sociedade como um todo, como a violência e a pobreza, que interferem no desenvolvimento e adaptação das pessoas. Segundo o modelo bioecológico, o caos se faz presente nos vários sistemas ambientais. Sistemas caóticos são caracterizados por atividade frenética, falta de estrutura, imprevisibilidade nas atividades diárias e níveis exacerbados de estimulação ambiental. Estes aspectos podem interferir no desenvolvimento e manutenção dos processos proximais que levam à competência, como também podem produzir processos que geram disfunção. Por exemplo, famílias que vivenciam eventos de vida estressantes, como desemprego dos pais, doença crônica ou divórcio, podem apresentar disfunção nos processos proximais entre pais e filhos, gerando baixa responsividade parental às necessidades infantis (Bronfenbrenner & Evans, 2000). A parentagem não-responsiva, em decorrência, está relacionada com angústia psicológica e outros resultados negativos em crianças. Deste modo, Bronfenbrenner e Evans acreditam que o caminho para a evolução da ciência do desenvolvimento neste novo milênio consiste em recriar a pesquisa em desenvolvimento social, adequando teorias e métodos à evolução da sociedade, desenvolvendo estratégias para lidar com os efeitos atuais das adversidades presentes na vida das pessoas. Assim, novos métodos de pesquisa precisam ser criados e formas mais rigorosas de investigação propostas para identificar e avaliar aspectos evolutivos relacionados ao contexto, tempo, processo e características das pessoas envolvidas nos fenômenos psicológicos a serem estudados.

De acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), a análise da influência destes aspectos sobre o desenvolvimento humano só é possível quando se emprega um modelo teórico-metodológico que permite a sua observação. A proposta bioecológica de investigação por observação naturalística privilegia a inserção ecológica do pesquisador no ambiente a ser estudado. Neste sentido, formas de investigar este ambiente e os fenômenos nele presentes (processo, pessoa, contexto e tempo) requerem o estabelecimento de critérios rigorosos de coleta e análise de dados. Uma vez que estes achados têm implicações importantes tanto para a ciência quanto para a política pública, é importante que o modelo teórico seja metodologicamente

rigoroso, proporcionando a comprovação da validade e permitindo a emergência de resultados contrários às hipóteses originais do pesquisador, contribuindo, assim, para o avanço da ciência (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Uma abordagem ecológica ao estudo do desenvolvimento humano requer uma reorientação da visão convencional da relação adequada entre a ciência e a política pública (Bronfenbrenner, 1979/1996). A posição tradicional é de que a política social, sempre que possível, deve basear-se no conhecimento científico. A linha de pensamento ecológica leva a uma tese contrária: para a evolução da pesquisa em desenvolvimento humano, a ciência básica precisa basear-se na política pública, ainda mais do que a política pública deve basear-se na ciência básica. O conhecimento e a análise da política social são essenciais para o progresso da pesquisa evolutiva, pois alertam o investigador para aqueles aspectos do ambiente que são críticos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da pessoa. Deste modo, o modelo teórico-metodológico deve, necessariamente, incluir um nível de macrossistema envolvendo padrões generalizados de ideologia e estrutura institucional característicos de uma determinada cultura ou subcultura, conforme a proposta da abordagem ecológica do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Ao analisar algumas pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento, Bronfenbrenner (1979/1996) afirma que, de uma maneira geral, os métodos empregados por elas não atribuem a atenção necessária ao papel do ambiente sobre os processos evolutivos. A teoria científica afirma que o desenvolvimento ocorre a partir da interação da pessoa com o ambiente, contudo, a maior parte do trabalho empírico não confere ao ambiente uma ênfase adequada, negligenciando a interação dos dois. Deste modo, o que se encontra é uma acentuada assimetria entre a teoria e a prática, com estudos focalizando as propriedades da pessoa e, somente, uma breve caracterização do ambiente onde ela é encontrada (Bronfenbrenner, 1979/1996). Embora esta crítica tenha ocorrido na década de setenta, não houve até o presente momento uma mudança significativa nos estudos sobre desenvolvimento humano nesta direção.

Algumas abordagens incluem investigações do ambiente, mas, segundo Bronfenbrenner (1979/1996), os métodos empregados por elas estão longe de atingir os requisitos de um modelo ecológico de pesquisa. Alguns experimentos na área da psicologia da aprendizagem social são excelentemente planejados, porém, ignoram aspectos importantes ao delimitar o conceito de ambiente a um único ambiente imediato contendo a pessoa: o microsistema. Além disso, não prestam atenção ao comportamento da pessoa em mais de um ambiente ou à maneira pela qual as relações interambientais podem afetar o que acontece dentro deles, não reconhecendo

que os eventos fora do ambiente imediato influenciam o comportamento e desenvolvimento da pessoa dentro daquele ambiente. Por outro lado, outros estudos, na área da antropologia, por exemplo, são excessivamente subjetivos, produzindo interpretações de influências causais altamente inferenciais. Desta forma, Bronfenbrenner ressalta que a metodologia de pesquisa em psicologia corre o risco de ficar presa entre “um rochedo e um lugar macio” (p. 16). O rochedo é o rigor, e o lugar macio, a relevância (Bronfenbrenner, 1979/1996). A ênfase no rigor conduziu experimentos bem planejados, mas geralmente de alcance limitado. Esta limitação deriva-se do fato de que muitos experimentos envolvem situações pouco familiares, artificiais e temporárias, e requerem comportamentos incomuns, difíceis de generalizar para outros ambientes. A impossibilidade de generalização dos resultados, a partir de estudos como estes, leva Bronfenbrenner a afirmar que “grande parte da psicologia do desenvolvimento, conforme existe atualmente, é a ciência do comportamento desconhecido da criança em situações desconhecidas com adultos desconhecidos pelos períodos de tempo mais breves possíveis” (p. 16).

Por algum tempo, estudiosos mantiveram posições divergentes com relação a esta questão, colocando métodos experimentais e naturalistas em oposição, atendo-se a procurar razões científicas para defender a superioridade de um método sobre o outro (Bronfenbrenner, 1979/1996). Bronfenbrenner sustenta uma posição diferenciada, indo além da discussão destas divergências, ressaltando que o que carece nos procedimentos metodológicos é uma orientação ecológica. A incompatibilidade entre estas duas correntes metodológicas é rejeitada por ele, pois argumenta que o método experimental não só é inestimável para a verificação de hipóteses, como é igualmente aplicável à sua descoberta, sendo um instrumento poderoso para a pesquisa sobre o desenvolvimento-no-contexto. Da mesma forma, o autor afirma que métodos naturalistas, como a descrição etnográfica, estudos de caso e observação naturalística são igualmente inestimáveis ao progresso científico.

A preocupação com a cientificidade dos métodos de pesquisa sobre o desenvolvimento-no-contexto levou Bronfenbrenner (1979/1996) a refletir sobre um construto extremamente importante para a pesquisa ecológica: a validade ecológica. O autor utiliza este termo para referir-se à “extensão em que o meio ambiente experienciado pelos sujeitos em uma investigação científica tem as propriedades supostas ou presumidas pelo investigador” (p. 24). Com este conceito, ressalta a importância de levar em consideração a maneira pela qual a situação de pesquisa foi percebida e interpretada pelos participantes do estudo, evitando a possibilidade de interpretações errôneas pelo pesquisador. Outro aspecto importante destacado por Bronfenbrenner

para a pesquisa ecológica é a necessidade de inclusão do maior número possível de contrastes ecológicos (características de ambientes diversificados) e variáveis relacionadas com o fenômeno investigado, diferentemente do clássico experimento de laboratório, onde se focaliza uma única variável e se tenta controlar por exclusão todas as outras. A importância deste aspecto reside na possibilidade de generalização, para além da situação ecológica específica, evitando, também, possíveis erros de interpretação (Bronfenbrenner, 1979/1996).

A noção de validade ecológica apresentada por Bronfenbrenner (1979/1996) não atribui ao ambiente no qual é realizada a pesquisa uma conotação válida ou inválida. De acordo com o autor, dependendo do problema de pesquisa, o laboratório pode ser um ambiente totalmente apropriado para uma investigação, e certos ambientes da vida real podem ser altamente inadequados, ou vice-versa. Mais importante do que isto é atribuir ao experimento uma orientação ecológica, através de uma análise das características dos ambientes que influenciam na direção dos resultados (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Baseados nas limitações teórico-metodológicas mencionadas acima para estudar o fenômeno do desenvolvimento-no-contexto e com o objetivo de corrigir tais deficiências, Bronfenbrenner e seus colaboradores (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner & Ceci, 1994; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998) sugerem a operacionalização do modelo bioecológico como uma proposta metodológica. No entanto, até o presente momento, os autores não descreveram uma metodologia específica para estudar o desenvolvimento, mas apontam, em vários artigos e capítulos de livros, alguns aspectos para serem considerados na pesquisa evolutiva.

Inicialmente, é necessária uma adequação entre a teoria e o método a ser utilizado. De acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), uma teoria, para ser boa, deve ser prática. Os autores afirmam que, em ciência, uma boa teoria é aquela que pode ser traduzida em delineamentos de pesquisa que correspondam às propriedades conceituais da mesma. Na falta destes delineamentos de pesquisa, ou pior, na aplicação de delineamentos que falham em corresponder ou, até mesmo, violam as propriedades conceituais da teoria, a ciência não pode progredir. Bronfenbrenner e seus colaboradores vêm trabalhando sistematicamente na reformulação do modelo bioecológico a fim de que ele possa ser traduzido em delineamentos que correspondam à sua estrutura teórica subjacente (Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Outro aspecto destacado por Bronfenbrenner e Morris (1998) é a importância de fazer ciência de maneira a descobrir

fatos, e não simplesmente verificá-los. Deste modo, a função de um delineamento de pesquisa não deve ser a de testar hipóteses para significância estatística, mas, antes, desenvolver hipóteses de poder e precisão suficientemente explanatórias para serem submetidas ao teste empírico. As características apropriadas para um delineamento de pesquisa na área do desenvolvimento neste caráter de descobrimento ainda não estão claramente definidas, pois, comparada com as ciências físicas e naturais, a ciência do desenvolvimento ainda está em sua fase inicial. Contudo, afirmam que o delineamento deve incluir formulações teóricas progressivamente mais diferenciadas e análises de dados correspondentes, com os resultados determinando o próximo passo dentro do mesmo. Assim, o delineamento deve gerar novas hipóteses, e não simplesmente confirmá-las ou refutá-las. Neste processo gerador, a importância das implicações derivadas do modelo teórico está em prover uma estrutura para expor os achados de pesquisa emergentes, de maneira a revelar, precisamente, o tipo de interdependência existente nos resultados. O interesse científico não deve se centrar sobre os aspectos já identificados pela teoria, mas sobre aqueles que produzem novas formulações teóricas. De acordo com os autores, a estratégia para investigações evolutivas, em caráter de descobrimento, envolve um processo interativo de confrontações sucessivas entre a teoria e os dados com o objetivo de formular hipóteses suscetíveis à avaliação científica no modo de verificação. Os autores reconhecem que não é fácil fazer pesquisa desta maneira, contudo, o modelo bioecológico representa, através de sua estrutura teórico-metodológica, um esforço para suprir esta necessidade científica.

No modelo bioecológico, um delineamento de pesquisa deve estar adequado à estrutura teórica subjacente e privilegiar o desenvolvimento de hipóteses para serem submetidas ao teste empírico (Bronfenbrenner & Morris, 1998). A teoria ecológica requer que um delineamento de pesquisa inclua os seus quatro componentes – o processo, a pessoa, o contexto e o tempo – demonstrando a interdependência deles. Deste modo, o pesquisador deve estar atento à dinâmica interação destes quatro elementos, pois os resultados evolutivos decorrentes do processo proximal variam em função das características da pessoa, do contexto, das mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do tempo. Além disso, é necessário observar o fenômeno investigado do ponto de vista de todos os participantes envolvidos, pois o processo proximal é bidirecional, ou seja, as relações interpessoais que acontecem dentro dele são recíprocas. Da mesma forma, os autores ressaltam que as interações dos quatro componentes do modelo devem ser baseadas teoricamente e que, se for possível, sua direção e forma sejam especificadas em

formato de hipóteses. Tal fato contribui para que as discrepâncias entre as expectativas teóricas e a realidade observada sejam facilmente reconhecidas e proporcionem uma base para o próximo passo na procura de novas hipóteses, que mereçam ser avaliadas, tanto em nível teórico quanto empírico (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Embora estas considerações sejam pertinentes ao modelo de investigação experimental, é necessário ressaltar que estudos não-experimentais também podem ser planejados baseados no modelo bioecológico. Estudos exploratórios e descritivos, planejados através de delineamentos qualitativos que envolvam observações naturalísticas e entrevistas podem ter como base o modelo bioecológico de pesquisa. Nos estudos mais recentes deste modelo, o processo proximal ocupa uma posição central, cujos resultados dependem da interação com seus demais componentes. Neste sentido, convém retomar um importante aspecto contido na sua definição: o processo proximal envolve uma “transferência de energia entre um ser humano em desenvolvimento e as pessoas, objetos e símbolos existentes no ambiente imediato” (Bronfenbrenner & Evans, 2000, p. 118). Esta transferência de energia pode ser tanto unidirecional quanto bidirecional, ou seja, da pessoa em desenvolvimento para aspectos do ambiente, destes aspectos para a pessoa em desenvolvimento, ou em ambas as direções, de forma separada ou simultaneamente. De acordo com Bronfenbrenner e Evans, qualquer delineamento de pesquisa deve, necessariamente, focalizar estes processos, contemplando a transferência de energia que ocorre no ambiente imediato.

A partir desta definição é possível fazer algumas inferências. Em qualquer delineamento de pesquisa é prevista a interação do pesquisador com os participantes da mesma. Na pesquisa qualitativa, principalmente, pode-se dizer que a interação do investigador com os participantes gera uma transferência de energia, produzindo, assim, processos proximais em ambos. Por não ser efêmera nem ocasional, ocorrer em uma base estável através de períodos de tempo, é possível afirmar que a interação do pesquisador com os participantes, os objetos e os símbolos existentes no ambiente de pesquisa constitui processos proximais. Neste tipo de pesquisa, o investigador faz parte do processo proximal, assumindo um papel essencial enquanto gerenciador desta energia. Assim, em determinados delineamentos, o processo proximal, além de constituir o foco da pesquisa, adquire uma função de viabilizar a sua realização, revelando-se um procedimento através do qual o pesquisador conduz a investigação.

A partir das considerações teórico-metodológicas feitas por Bronfenbrenner e seus colaboradores (Bronfenbrenner, 1979/1996, 1999; Bronfenbrenner & Ceci, 1994;

Bronfenbrenner & Evans, 2000; Bronfenbrenner & Morris, 1998) com relação à pesquisa evolutiva, este artigo pretende propor uma metodologia para o estudo do desenvolvimento-no-contexto: a Inserção Ecológica. A metodologia de inserção ecológica foi utilizada em uma pesquisa qualitativa sobre resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco (Ceconello, 2003), condição determinada a partir da situação de pobreza das famílias e da violência existente na comunidade na qual elas vivem. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os processos de resiliência e vulnerabilidade através de um estudo de casos múltiplos (Yin, 1994) com três famílias: uma nuclear, uma reconstituída e uma uniparental. Para isto, a equipe de pesquisa se propôs a uma inserção no ambiente ecológico no qual vivem as famílias, com o objetivo de conhecer a sua realidade, investigando fatores de risco e proteção em nível intra e extrafamiliar, como práticas educativas, parentalidade, experiência dos pais em suas famílias de origem e apoio social. A inserção ecológica envolveu o acompanhamento destas famílias ao longo de quatro anos, e incluiu visitas frequentes, observações, conversas informais e entrevistas. A partir desta inserção da equipe de pesquisa no contexto ecológico das famílias, foi possível estabelecer hipóteses com relação aos processos de resiliência e vulnerabilidade, respondendo, assim, às questões de pesquisa do estudo.

A inserção ecológica envolveu a sistematização dos quatro aspectos da teoria ecológica pela equipe de pesquisa: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O processo proximal, ocorrido através da interação de pesquisadores, participantes, objetos e símbolos presentes no ambiente imediato, se constituiu na base de toda a investigação. Além da interação dos investigadores com as famílias e a comunidade, o processo também envolveu a triangulação de informações, percepções e sentimentos dentro da equipe, na qual as experiências individuais e os aspectos observados no ambiente foram compartilhados e discutidos de acordo com o significado atribuído aos mesmos por cada integrante, possibilitando uma análise dos processos proximais dentro da própria equipe. O processo proximal foi focalizado através de procedimentos como observação naturalística, conversas informais e entrevistas com as famílias. A presença dele nesta pesquisa foi observada a partir dos cinco critérios descritos por Bronfenbrenner (1999):

1) Para que o processo proximal ocorra, é necessário que a pessoa esteja engajada em uma atividade – nesta pesquisa, pesquisadores e participantes interagem e se encontraram engajados na tarefa da entrevista.

2) Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo, não sendo possível ocorrer efetivamente durante atividades meramente ocasionais – nesta pesquisa,

foram realizadas visitas às casas dos participantes, para a execução das entrevistas com a sua autorização, sendo que eles pareciam estar sempre disponíveis para se engajarem nesta tarefa.

3) As atividades devem ser progressivamente mais complexas, por isso a necessidade de um período estável de tempo – nesta pesquisa, as visitas informais progrediram para as entrevistas, que progrediram por sua vez, nos temas a serem abordados e sempre tiveram duração igual ou superior a uma hora.

4) Para que os processos proximais sejam efetivos, deve haver reciprocidade nas relações interpessoais – nesta pesquisa, a interação da equipe de pesquisa com os participantes serviu de base para todo o processo, assim, as entrevistas ocorreram na forma de conversa, sendo que a equipe esteve sempre disponível para responder as perguntas dos participantes e fornecer apoio, quando necessário.

5) Finalmente, para que a interação recíproca ocorra, os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento – nesta pesquisa, os temas abordados nas entrevistas despertavam o interesse dos participantes, pois estavam relacionados com suas histórias de vida.

Ao longo de toda a investigação, diversos processos proximais aconteceram, tanto para os participantes da pesquisa, que, ao falarem sobre suas experiências de vida, tiveram a possibilidade de refletir e aprender com elas, como para a equipe de investigadores, que, ao interagir com as famílias e a comunidade onde vivem, conseguiu captar unidades de sentido importantes para responder às questões de pesquisa e desenvolver novas hipóteses teóricas. Estes processos proximais, contudo, só se tornaram possíveis em decorrência da inserção ecológica da equipe de pesquisa no ambiente onde vivem as famílias, ou seja, presença constante, significativa e estável. A equipe precisou tornar-se parte do ambiente para adquirir a condição de inserida ecologicamente no contexto da pesquisa.

A pessoa envolveu a presença física do pesquisador e de sua equipe na comunidade e dentro das famílias. O ambiente foi percebido e analisado, tanto a partir das características pessoais de cada participante da equipe, como a partir da percepção das famílias, sendo valorizada a experiência individual de cada pessoa dentro da comunidade.

O contexto foi analisado através da participação da equipe de pesquisa em alguns ambientes e a partir dos relatos das famílias sobre os mesmos. Foi atribuída uma atenção especial à percepção das famílias sobre o ambiente em que vivem, pois, de acordo com Bronfenbrenner (1979/1996), é necessário examinar o ambiente conforme ele é percebido e experienciado pelas pessoas, não somente conforme

ele poderia existir na realidade objetiva. Os quatro níveis ambientais foram incluídos na análise: o micro, o meso, o exo e o macrosistema. O micro e o mesossistema foram capturados e analisados através da vivência da equipe dentro das famílias, das escolas, das vilas, do bairro no qual está inserida a comunidade e dos relatos das famílias sobre estes e outros ambientes freqüentados por elas, como centros de saúde, áreas de lazer e casas de familiares. O exossistema foi analisado através dos relatos das famílias sobre a sua percepção dos ambientes não freqüentados por elas, mas que desempenham uma influência sobre suas vidas, como a Prefeitura. O macrosistema foi analisado através da percepção da equipe sobre os modos de vida das famílias, seus valores, crenças, da influência dos aspectos sócio-econômicos-culturais e do relato delas (famílias) sobre estes aspectos.

O tempo envolveu o acompanhamento longitudinal das famílias dentro da comunidade, o que permitiu analisar mudanças e continuidades ocorridas nos níveis do micro, meso e macrotempo. O microtempo permitiu analisar continuidade e descontinuidade dentro dos episódios de processo proximal através da interação pai/mãe/criança, conforme relatado pelas famílias. O mesotempo permitiu analisar a periodicidade dos episódios de processo proximal através de intervalos de tempo maiores, como dias e semanas, que foram inferidos a partir do relato das famílias de suas rotinas. O macrotempo permitiu focalizar as expectativas e eventos em mudança dentro da sociedade ampliada, como trocas de prefeito e governador, as mudanças ocorridas no ambiente físico, como a reforma da comunidade, e a história intergeracional das famílias, permeada por seus relatos.

A partir da inserção ecológica da equipe de pesquisa nesta comunidade foi possível conduzir o estudo de casos múltiplos com as três famílias, descrever o ambiente onde elas vivem e captar unidades de sentido nos seus relatos para ilustrar os aspectos de risco e proteção existentes no local. Desta forma, foi possível analisar a influência destes aspectos para os processos de vulnerabilidade e resiliência familiar (ver Cecconello, 2003, para uma descrição completa).

A opção deste estudo pela metodologia qualitativa de inserção ecológica na comunidade foi fundamental para a compreensão destes processos dentro das famílias. Esta metodologia induziu a equipe de pesquisa a colocar a si própria como instrumento de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados. Conforme salienta Bastos (2001), na pesquisa qualitativa, o pesquisador, enquanto entrevistador e observador, é visto como o principal instrumento de pesquisa. Neste processo, a primazia às suas características pessoais, sua postura e atuação constituem o principal instrumento de instigação

do discurso do entrevistado. Bastos enfatiza que esta perspectiva tem como objetivo principal construir uma familiarização, um certo nível de intimidade com a situação observada, a fim de que se possa ter acesso ao fenômeno a ser investigado, tal como ele ocorre em seu ambiente natural. Neste sentido, a experiência de interação com as famílias e a comunidade no próprio contexto no qual estão inseridas possibilitou o conhecimento profundo dos fenômenos investigados. A inserção ecológica garantiu a validade ecológica do estudo com famílias em situação de risco em seu ambiente natural, pois foi valorizada a influência das características das pessoas entrevistadas, do contexto no qual estão inseridas, do tempo em que estão vivendo e dos processos proximais ocorridos entre elas e, entre elas e a equipe de pesquisa.

De um modo especial, os processos proximais constituíram a base desta investigação, possibilitando não só a compreensão dos fenômenos investigados pela equipe, como o próprio desenvolvimento das famílias, a partir da intervenção proporcionada pela pesquisa. O acompanhamento das famílias ao longo dos quatro anos atuou como um tipo de intervenção. Cada encontro proporcionou, para os pais e a criança entrevistada, um espaço e um tempo no qual eles eram escutados, e, além de responder à entrevista, eles podiam relatar suas experiências, dificuldades e sentimentos. Szymansky (2001) afirma que a entrevista, enquanto interação social, é sempre uma intervenção, uma vez que o ser humano nunca é neutro para outro, havendo sempre uma influência mútua entre as pessoas, ocasionada pela interpretação que se faz da situação. A relação entrevistador-entrevistado proporciona um espaço e um tempo para reflexão e troca de idéias, no qual o profissional é capaz de fornecer informações e discutir alternativas para os problemas apresentados. Szymansky salienta, ainda, que o caráter de intervenção da entrevista é resultado de um processo de tomada de consciência desencadeado pela atuação do entrevistador, no sentido de explicitar sua compreensão do discurso do entrevistado. Neste sentido, pode-se afirmar que a metodologia de inserção ecológica descrita neste artigo cumpriu uma dupla função: além de possibilitar a realização de uma pesquisa no ambiente natural, com validade ecológica, proporcionou a ocorrência de um processo de interação social, atuando como intervenção. Deste modo, contribuiu para a resiliência das famílias.

O estudo desenvolvido até o presente permite considerar a inserção ecológica como uma metodologia, que mostra ser adequada para utilização em pesquisas científicas. A base desta afirmação consiste na evidência de que os achados foram obtidos com rigor metodológico e podem ser considerados válidos ecologicamente. É importante salientar que esta metodologia de inserção ecológica deve ser utilizada

com responsabilidade ética dos investigadores, uma vez que passam a integrar o cotidiano das pessoas envolvidas no processo de execução da pesquisa. A linha entre a inserção ecológica e o pertencimento daninho pode ser muito tênue se a equipe de pesquisa não tiver clareza de seu papel no processo vigente. Esta atitude permitirá que os demais participantes da pesquisa possam, também, ter definidas as fronteiras da intervenção e das possibilidades disponíveis. A inserção ecológica pode ser utilizada isoladamente, com objetivo de obter dados sobre crianças, adolescentes e famílias em qualquer nível sócio-econômico ou condição de vida. Os dados obtidos podem, além de sua utilização para pesquisa, servir para embasar aconselhamento terapêutico, psicopedagógico, educacional ou clínico. Não devem, no entanto, ser utilizados como instrumento único para tomada de decisão sobre a vida das pessoas envolvidas, como por exemplo, quando se faz necessária uma avaliação diagnóstica mais especializada. A utilização mais indicada, portanto, é como metodologia de pesquisa. Psicólogos e outros profissionais que a escolham para seu trabalho devem assumir um compromisso ético, garantindo a proteção aos direitos dos seus participantes.

Referências

- Bastos, A. C. S. (2001). *Modos de partilhar: A criança e o cotidiano da família*. Taubaté, SP: Cabral.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. Em B. L. Friedmann & T. D. Wachs (Orgs.), *Conceptualization and assessment of environment across the life span* (pp. 3-30). Washington, DC: American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. & Ceci, S. J. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: A bioecological model. *Psychological Review*, 101, 568-586.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9, 115-125.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Ceconello, A. M. (1999). *Competência social, empatia e representação mental da relação de apego em famílias em situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Ceconello, A. M. (2003). *Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco*. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- De Antoni, C. (2000). *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- De Antoni, C. (2002). *Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico*. Projeto de Doutorado não-publicado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- De Antoni, C., Medeiros, F. B., Hoppe, M. M. W. & Koller, S. H. (1999). Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. *Interfaces*, 2, 81-85.
- Falceto, O. G. (1997). *Famílias com desenvolvimento funcional e disfuncional: Validação das escalas diagnósticas FACES III, Beavers-Timberlawn e Avaliação Global do Funcionamento Interacional (GARF)*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Medicina: Clínica Médica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Hoppe, M. M. W. (1998). *Rede de apoio social e afetivo em crianças em situação de risco*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Mayer, L. R. (1998). *Controle percebido e desempenho acadêmico em crianças de nível sócio-econômico baixo*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Simionato-Tozo, S. M. P. & Biasoli-Alves, Z. M. M. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. *Paidéia*, fev/ago, 137-150.
- Szymansky, H. (1992). Trabalhando com famílias. *Cadernos de Ação*. CBIA, IEE-PUC/SP.
- Szymansky, H. (2001). Entrevista reflexiva: Um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Revista Psicologia da Educação*, 11/12, 193-215.
- Wagner, A., Ferreira, V. S. & Rodrigues, M. I. M. (1998). Estratégias educativas: Uma perspectiva entre pais e filhos. *Psicologia Argumento*, 23(16), 37-46.
- Wagner, A., Halpern, S. C. & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração e estrutura familiar: Um estudo comparativo entre famílias originais e reconstituídas. *Psico*, 30, 63-74.
- Wagner, A., Ribeiro, L. S., Artech, A. X. & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e bem-estar psicológico de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, 147-156.
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: Design and methods*. London: Sage.
- Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controversa da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.

Recebido: 20/12/2002
1ª Revisão: 31/03/2003
Aceite Final: 11/04/2003

Sobre as autoras

Alessandra Marques Ceconello é Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora da Faculdade Cenequista de Ciências e Letras de Osório (FACOS) e Pesquisadora do CNPq.

Sílvia Helena Koller é Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É coordenadora do CEP-RUA.